



GT 72. Quilombos: dinâmicas territoriais, modos de vida, resistências e desafios antropológicos

Coordenador(es):

Raquel Mombelli (NEPI)

Cintia Beatriz Muller (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

A presente proposta é um convite do Comitê Quilombos ao debate crítico e avaliativo acerca da atuação dos agentes e instituições do Estado brasileiro que se seguiram a promulgação da Constituição Federal de 1988, no que diz respeito a regularização dos territórios das comunidades dos quilombos e de reconhecimento sociocultural, inclusão sociopolítica e de promoção da igualdade racial. Propõe-se analisar os retrocessos da política de demarcação e regularização das terras de quilombo e as implicações de sua atual paralisação promovida pelo atual Governo Federal, aos direitos quilombolas e à democracia étnico racial no país. Pretende-se ainda estimular a produção de três tipos de análise: 1º) o debate do ponto de vista dos quilombolas sobre suas lutas por direitos ao território, ao patrimônio cultural e às políticas públicas; 2º) a análise dos conflitos socioambientais deflagrados por grandes projetos nos territórios quilombolas; 3º) Avaliações críticas dos avanços a partir dos instrumentos legais e marcos regulatórios voltados à garantia dos direitos;

Narrativas coloniais em torno do work doméstico no Quilombo do Paredão Baixo, Taquara ?

RS: uma análise etnográfica

Autoria: Lucilene Guimarães Athaide (Jornal NH)

O círculo de marginalização que se formou no pós-abolição para a população negra brasileira afrodiáspórica é um fator constantemente abordado nos estudos que abrangem as ciências sociais. Um resquício desta condição de subalternidade é evidenciado no mercado de work, onde ainda são as mulheres negras que ocupam os postos considerados mais baixos dentro da hierarquia social. Desta forma, a pesquisa busca a partir das vivências das moradoras da comunidade quilombola do Paredão Baixo, localizada no município de Taquara, no interior do estado do Rio Grande do Sul, discutir a relação das mesmas com este mercado e persegue o objetivo de entender de que maneira a função de faxineiras, exercida pela maioria das mulheres deste local, produz sentido dentro do contexto em que elas estão inseridas. Entender a relação destas mulheres com o work que exercem através de seus relatos autobiográficos se torna relevante na medida em que retoma a pertinente discussão sobre população negra, com ênfase no gênero, e a histórica relação com a ocupação dos postos de servidão. O estudo, que faz parte da construção de uma dissertação de mestrado, a ser defendida no início do próximo ano, adota como estratégia metodológica a etnografia, com a utilização de observação participante. A pesquisa exploratória parece indicar que as interlocutoras, mesmo estando em posição subalterna em relação às famílias abastadas dos lugares em que trabalham, ocupam dentro da comunidade quilombola o status de protagonismo para com os seus pares. Seguindo assim a continuidade de um sistema matriarcal de liderança no quilombo onde nasceram.



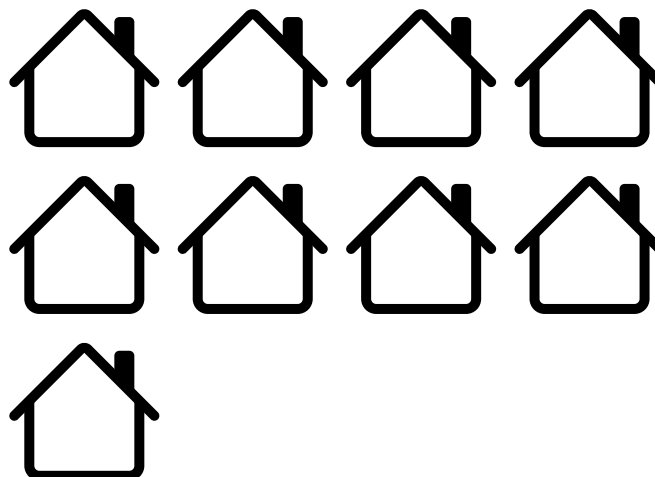
Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: